

Estado do Rio Grande do Sul  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**  
Palácio 11 de Outubro

Câmara Municipal de  
Bento Gonçalves  
**RECEBIDO EM:**  
..06/03/2017  
AS ..10:00...Horas  
Ass.: ..d. h. m. ....

Departamento Legislativo - 06 mar 2017 10:17

## COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### PARECER

**PROCESSO:** 33/2017

**PROTOCOLO:** 385/2017

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA:** 27/2017

**ASSUNTO:** INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE HORTA COMUNITÁRIA, MEDIANTE APROVEITAMENTO DE TERRENOS DOMINIAIS OCIOSOS DO MUNICÍPIO E DE TERRENOS PARTICULARES OCIOSOS.

**AUTOR:** VEREADOR EDUARDO VIRISSIMO (PP)

A Comissão Técnica Permanente de Constituição e Justiça da Câmara Municipal de Vereadores, composta pelos senhores vereadores abaixo firmados, após proceder à análise do Projeto de Lei Ordinária 27/2017, que "Institui o Programa Municipal De Horta Comunitária, mediante aproveitamento de terrenos dominiais ociosos do município e de terrenos particulares ociosos", exara o seguinte parecer:

O presente Projeto de Lei, visa instituir no Município de Bento Gonçalves, o Programa de Horta Comunitária, que consiste no cultivo e produção de alimentos orgânicos — hortaliças, verduras e legumes — e de extrativismo de forma segura, voltada ao autoconsumo, trocas, doações e comercialização eficientes, sustentável, com aproveitamento dos recursos e insumos locais, nos espaços intraurbanos e periurbanos de nossa cidade, mediante o aproveitamento de terrenos dominiais ociosos no município e de terrenos particulares ociosos cedidos por seus proprietários.

O Programa se organizaria e se estruturaria pelo Poder Executivo, através da Secretaria competente, inclusive com o apoio técnico para instalação, assistência e administração aos participantes do Programa.

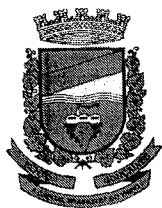
O mesmo, contudo, por ser de origem legislativa, apresenta "Vício de Origem / Iniciativa", na medida em que o exercício de tal autonomia se dá mediante os limites da independência e harmonia entre os Poderes, consoante disposto na legislação vigente que abaixo segue:

#### Constituição Federal:

Art. 2º — São poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

#### Constituição Estadual do Rio Grande do Sul:

Art. 10 — São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, exercido pela Câmara Municipal, e o Executivo, exercido pelo Prefeito.



Estado do Rio Grande do Sul  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**  
Palácio 11 de Outubro

Lei Orgânica Municipal de Bento Gonçalves:

Art. 2º — São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, exercido pela Câmara Municipal, e o Executivo, exercido pelo Prefeito.

A referida Lei Orgânica Municipal destaca que as Leis de iniciativa do Prefeito são aquelas em que só a ele cabe o envio do projeto à Câmara, estando englobadas nesta categoria aquelas que disponham sobre a organização e funcionamento da administração municipal, bem como, sobre o planejamento e execução de serviços públicos municipais, conforme segue:

***Art. 57 - Compete privativamente ao Prefeito:***

***(...)***

***VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei;***

***(...)***

***X - planejar e promover a execução dos serviços públicos municipais;***

Portanto, diante do exposto, o Parecer desta comissão é **DESAVORÁVEL** à sua regular tramitação e votação.

Sala das Sessões, Fernando Ferrari, aos três dias do mês de março de dois mil e dezessete.

**SEM ASSINATURA**

Vereador **GUSTAVO SPEROTTO**  
Presidente

Vereador **IDASIR DOS SANTOS**  
Vice-Presidente

**SEM ASSINATURA**

Vereador **VOLNEI CHRISTOFOLI**  
Membro Efetivo